

# SOCIOLOGIA DOS DESASTRES

CONSTRUÇÃO, INTERFACES E  
PERSPECTIVAS NO BRASIL

VOLUME III



*RiMa*

© 2012 dos autores

## **Direitos reservados desta edição**

RiMa Editora

## **Arte da capa**

Arthur Valencio

S681s Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil – volume III /organizado por Norma Valencio – São Carlos : RiMa Editora, 2012.

350 p. il.

ISBN – 978-85-7656-255-9

1. Sociologia dos desastres. 2. Vulnerabilidade. 3 Defesa civil.  
4. Mudanças climáticas. I. título. II. autor

CDD 303.4

### COMISSÃO EDITORIAL

Dirlene Ribeiro Martins

Paulo de Tarso Martins

Carlos Eduardo M. Bicudo (Instituto de Botânica - SP)

Evaldo L. G. Espíndola (USP - SP)

João Batista Martins (UEL - PR)

José Eduardo dos Santos (UFSCar - SP)

Michèle Sato (UFMT - MT)

The logo for RiMa Editora, featuring the word 'RiMa' in a stylized, cursive script font.

[www.rimaeditora.com.br](http://www.rimaeditora.com.br)

Rua Virgílio Pozzi, 213 – Santa Paula

13564-040 – São Carlos, SP

Fone/Fax: (16) 3411-1729

## CAPÍTULO VIII

# CONFLITOS E RISCOS SOCIOAMBIENTAIS DA CONSTRUÇÃO E DA OPERAÇÃO DE UHEs NO MUNICÍPIO DE PEREIRA BARRETO/SP

Juliano Costa Gonçalves

## INTRODUÇÃO

O município de Pereira Barreto surgiu a partir do loteamento da Fazenda Tietê, organizado por uma companhia estatal japonesa de colonização. A compra da Fazenda Tietê ocorreu, principalmente, devido às suas características particulares: terra de boa qualidade, água em quantidade e a facilidade de transporte ocasionada pela ferrovia Noroeste do Brasil. A presença desses fatores ensejou um processo de territorialização de imigrantes japoneses nesse local, em busca da propriedade da terra, a qual lhes proporcionaria acesso e controle sobre os recursos terra e a água.

Por conta da existência de potencial hidrelétrico, a região do município de Pereira Barreto recebeu os impactos socioeconômicos e ambientais, em maior ou menor grau, de três usinas hidrelétricas (UHEs), construídas pela Companhia Energética de São Paulo (CESP) e que formam o Complexo de Urubupungá, a saber, as UHEs de Jupia, Ilha Solteira e Três Irmãos. Houve, também, a construção do Canal de Pereira Barreto – que liga o reservatório das UHEs Três Irmãos e Ilha Solteira, permitindo o funcionamento da hidrovia Tietê-Paraná e o gerenciamento do volume de água reservada. Como num crescente, os impactos e os conflitos socioambientais gerados por cada UHE implantada foram aumentando. O Complexo de Urubupungá, composto pelas três hidrelétricas supracitadas, foi responsável por dar o impulso às iniciativas públicas e privadas de desenvolvimento regional e, depois, por contribuir para estagnação do município de Pereira Barreto.

A construção e a operação das referidas UHEs ocasionaram diversos impactos e conflitos socioambientais imediatos, como, por exemplo, a per-

da de terras agriculturáveis, o deslocamento compulsório de famílias, a perda de infraestrutura e de marcos históricos e culturais, dentre outros. Porém, alguns impactos e conflitos socioambientais possuem longa duração, com os seus efeitos sendo sentidos a longo prazo. Dentre os efeitos de longo prazo, um dos mais negligenciados é o que diz respeito à relação entre as usinas hidrelétricas e o risco que, diretamente ou indiretamente tais empreendimentos suscitam no espaço de inserção. Barragens são objetos da modernidade e isso significa que, nesse estágio, denominado como *sociedade de risco* (BECK, 1997), a possibilidade de colapso de barragens, como as que estão associadas às UHEs, é real a ponto de uma legislação específica no tema, a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), ter sido aprovada no Brasil em 2010 (VALENCIO; GONÇALVES, 2006; GONÇALVES; MARCHEZINI; VALENCIO, 2009).

O presente texto tem por objetivo analisar os conflitos socioambientais, de curto e de longo prazo, que são refletidos nos processos de des/re/territorialização que ocorreram no município de Pereira Barreto devido à existência das referidas UHEs em seu território. Parte-se da ideia de que territorializar-se “é, sobretudo, exercer controle sobre os movimentos - de pessoas, objetos ou informações - que se dão no e pelo espaço” (HAESBAERT, 2006).

Uma sucinta apresentação do debate científico recente, aliada ao estudo de caso – abordando as transformações no município de Pereira Barreto, no período de 1960 a 2009 – será o foco do texto, dividido três seções. A primeira seção apresenta os impactos oriundos da construção das UHEs de Jupiá e Ilha Solteira no município de Pereira Barreto. A segunda seção apresenta os impactos da construção da UHE Três Irmãos na região. Por fim, a terceira e última seção discorre sobre os conflitos sociais que esta última hidrelétrica gerou mais especificamente sobre o município de Pereira Barreto.

## **A CONSTRUÇÃO DAS UHEs DE JUPIÁ E DE ILHA SOLTEIRA E SUAS REPERCUSSÕES SOBRE O MUNICÍPIO DE PEREIRA BARRETO**

Nos anos de 1960, o município de Pereira Barreto teve seu cotidiano marcado pela construção de duas importantes usinas hidrelétricas no rio Paraná. A primeira foi a UHE de Jupiá - conhecida, atualmente, como Engenheiro Sousa Dias -, que começou a ser construída no ano de 1962 e entrou em operação no ano de 1969. A UHE de Jupiá está localizada no Rio Paraná, entre as cidades de Andradina e Castilho (SP) e Três Lagoas (MS). Essa UHE, com 5.600 metros de comprimento, possui 14 unidades geradoras e um reservatório de 330 Km<sup>2</sup>. Entre outros impactos, a UHE

Jupia “atingiu os municípios de Castilho, Pereira Barreto e Itapura, no estado de São Paulo, bem como o Município de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul” (SANTOS, 2003, p. 42).

A segunda foi a UHE de Ilha Solteira, construída no município de Pereira Barreto - o município de Ilha Solteira só se emancipou em 1992. Trata-se da maior UHE do estado de São Paulo. As obras civis dessa UHE tiveram início no ano de 1965 e sua inauguração ocorreu em 1974. A construção da UHE de Ilha Solteira trouxe efeitos diretos para Pereira Barreto. Houve um grande investimento na construção desta UHE e “para abrigar o enorme contingente de trabalhadores exigido para a construção de Ilha Solteira foi necessário construir um núcleo urbano de proporções compatíveis com o porte do empreendimento, um acampamento com características de cidade” (FROELICH, 2001, p. 119). A explicação técnica para a decisão de construir um núcleo urbano foi o porte do empreendimento, realizado em uma área de 380 hectares e “totalizando quase 35 mil habitantes no pico da obra, previsto para dezembro de 1972” (FROELICH, 2001, p. 122). O município de maior porte por perto era Pereira Barreto, distanciando-se em apenas 45 quilômetros do canteiro de obras. Contudo, não é possível descartar uma explicação política para a construção do núcleo com a tentativa de transformar tal núcleo em um polo de desenvolvimento regional, “símbolo de ostentação de grandeza e poder, além de significar o aproveitamento social do investimento” (FROELICH, 2001, p. 122).

Mesmo que a construção da UHE de Ilha Solteira e do núcleo urbano tenham trazido alguns empregos para a localidade e ajudado a aquecer o comércio e a produção de alimentos em Pereira Barreto, alguns aspectos negativos devem ser mencionados, tais como:

Com a construção da usina hidrelétrica e da cidade de Ilha Solteira, Pereira Barreto sofreu o inchaço de sua periferia. Isso ocorreu já que Ilha Solteira até 1973 era um espaço muito controlado. As entradas da cidade eram guardadas por guaritas. Não era permitido entrar e, muito menos, permanecer na cidade se não estivesse direta ou indiretamente envolvido com a construção da usina. Assim, desempregados e prostitutas dirigiam-se para Pereira Barreto e instalavam-se em sua periferia, constituindo, assim, zonas de meretrícios e favelas (ENNES, 2001, p. 77).

A prostituição foi uma exigência do “primeiro administrador de Ilha Solteira, nos anos de 1968 e 1969, o general João da Rocha Frago, ex-secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo” (FROELICH, 2001, p. 130). O general exigiu que Pereira Barreto tivesse uma zona de prostituição para atender à população masculina do núcleo

[...] sob a alegação de que esse tipo de atividade era incompatível com aquelas próprias do acampamento, supostamente ligadas à segurança nacional. Com base nessa mesma justificativa, o general João Fragoso montou um verdadeiro serviço de informações em Ilha Solteira, vasculhando o passado político dos funcionários e criando um clima de suspeição e medo, que tornava ainda mais duras as relações de trabalho (FROELICH, 2001, p. 130).

A esse respeito, o depoimento concedido, no ano de 1992, por Armando Trentim, ex-delegado de polícia e vereador do município de Pereira Barreto, é bastante revelador:

Com a barragem veio o progresso, mas também vieram muitos problemas sociais. Um episódio que aconteceu aqui na época da ditadura, onde eu ainda não era delegado, foi a criação de uma zona de prostituição. O general Fragoso convidou [o mais correto seria convocou] o delegado, o prefeito, o promotor e o engenheiro e comunicou que ele queria e que precisava ser feita uma zona de metrício. Ele não perguntou se era ilegal, pois isso na verdade é exploração de lenocínio. Ele simplesmente queria saber se tinha algum empresário que pudesse fazer aquilo. No fim foi um oficial de justiça que tinha uma área de terra e construiu a zona. Ela começou a ser construída em 1968, o delegado da época não gostou muito, mas enfim ela ficou até o fim do ano passado [dezembro de 1991]. Permaneceu em franca atividade durante uns sete anos. Todas as mulheres da região vinham para cá, o comércio ficava todo centralizado aqui nos dias de pagamento. Em contrapartida o índice de criminalidade era muito alto, o sujeito bebia, matava, era uma promiscuidade, ruas mal iluminadas. O número de acidentes nas estradas era bastante grande. A inundação acabou com essa zona, mesmo com o tempo ela foi se destruindo, casas de tábuas foram caindo. Apesar dela ter sido planejada não havia nenhuma preocupação com a infra. Eu acho que a Cesp deveria ter construído a cidade aqui em Pereira Barreto, porque muita coisa que a Cesp gastou lá já tinha aqui na cidade, Ilha Solteira seria um bairro a mais em Pereira. [Assim] (...) a não construção da cidade em Pereira Barreto por uma questão de segurança... não se justifica (FROELICH, 2001, p. 221).

A participação de várias autoridades de Pereira Barreto na organização do prostíbulo permite perceber como a territorialidade da UHE Ilha Solteira foi preponderante sobre as demais. O controle do território que se expressava na área de segurança nacional do núcleo urbano de Ilha Solteira se expressou, também, em Pereira Barreto.

A construção da UHE de Ilha Solteira ocorreu em um período burocrático-autoritário. Por isso, apesar do canteiro de obras e do núcleo urbano da UHE Ilha Solteira pertencerem ao município de Pereira Barreto, o controle da obra era exercido pela Cesp e pela empreiteira Camargo Correa enquanto que o controle do núcleo urbano era exercido pela Cesp. A prefeitura municipal de Pereira Barreto pouca influência exercia na área de segurança nacional onde o empreendimento estava (FROELICH, 2001). Isso significa que uma parte do território foi submetida ao domínio completo dos interesses desenvolvimentistas estatais (Cesp) e privados (Camargo Correia).

Soma-se a isso, o fato da região de Pereira Barreto ser, historicamente, frágil do ponto de vista econômico, com dificuldade de agregar e fixar população. O fim do ciclo do algodão no município, na década de 1960, trouxe dificuldades para a economia local e a pecuária utilizava “contingente bem menor de trabalhadores, apresentando baixo coeficiente de retenção” (FROELICH, 2001). A vulnerabilidade econômica da região só aumentou com a construção das UHEs, “dado o caráter transitório da atividade barrageira” (FROELICH, 2001, p. 89). Os grandes investimentos mobilizaram um grande número de trabalhadores e prestadores de serviço que, com a obra concluída, depois saíram ou se inseriram na região muitas vezes em situação precária. Esse conjunto de situações permitiu às UHEs de Jupia e de Ilha Solteira se imporem ao município de Pereira Barreto, que se subordinou às forças do progresso. A territorialidade desses empreendimentos originou um processo de reterritorialização da população do município.

A UHE de Ilha Solteira inundou muitas terras do município de Pereira Barreto para formar seu reservatório de 1.195 Km<sup>2</sup>. Pereira Barreto seria, ainda, área de influência de outro reservatório para geração de hidroenergia: Três Irmãos. A construção de Três Irmãos começou no ano de 1980 e o enchimento do reservatório ocorreu em 1990. Essa UHE trouxe sérios problemas socioambientais para o município de Pereira Barreto, dentre esses, a demora na construção e finalização da obra. O Quadro 1, abaixo, apresenta as datas referentes a construção das UHEs do complexo de Urubupungá, cujas obras, do início até à fase de operação, levaram aproximadamente uma década.

Durante a década de 1980, a divulgação das áreas inundáveis e a postergação da inundação, devido aos problemas econômicos da CESP, “gerou a desvalorização e o abandono das propriedades e das atividades praticadas nas áreas inundáveis. Os prejuízos econômicos e materiais se tornavam cada vez maiores” (ENNES, 2001, p. 78).

**Quadro 1** Datas referentes a construção das Usinas Hidrelétricas do complexo Urubupungá.

| População Total  |       |       |       |       |       |       |       |        |
|------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|
| Municípios       | 1950  | 1960  | 1970  | 1980  | 1991  | 1996  | 2000  | 2010   |
| Ilha Solteira*   | 7748  | 2715  | 21416 | 16896 | 21713 | 22178 | 23986 | 25064  |
| Pereira Barreto  | 22231 | 33543 | 26226 | 20729 | 25584 | 25359 | 25027 | 24962  |
| Total            | 29979 | 36258 | 47642 | 37625 | 47297 |       |       |        |
| População Urbana |       |       |       |       |       |       |       |        |
| Ilha Solteira    | 289   | 148   | 172   | 15875 | 20627 | 21268 | 23208 | 23 520 |
| Pereira Barreto  | 2942  | 10079 | 17662 | 18128 | 23020 | 23404 | 23141 | 23 235 |
| Total Urbana     | 3231  | 10227 | 17834 | 34003 | 43647 |       |       |        |
| População Rural  |       |       |       |       |       |       |       |        |
| Ilha Solteira    | 7459  | 2567  | 21244 | 1021  | 1086  | 910   | 778   | 1544   |
| Pereira Barreto  | 19289 | 23464 | 8564  | 2601  | 2564  | 1955  | 1886  | 1727   |
| Total            | 26748 | 26031 | 29808 | 3622  | 3650  |       |       |        |

\* Nota: O núcleo de Ilha Solteira pertencia ao distrito de Bela Floresta, comarca de Pereira Barreto, até o ano de 1989, quando se tornou sede do distrito para, em 1991, se emancipar do município de Pereira Barreto.

Fonte: Censos demográficos do IBGE.

## OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO DA UHE TRÊS IRMÃOS

O objetivo dessa seção é apresentar os impactos socioambientais relacionados com o controle de água e terra e ilustrar o processo de territorialização/reterritorialização empreendido pela construção e operação da UHE Três Irmãos nos municípios que tiveram áreas alagadas.

A construção da UHE Três Irmãos teve início no ano de 1980. Seu reservatório foi formado em 1990 e a obra foi inaugurada em 12 de março de 1991. O atraso na construção da obra está relacionado com as dificuldades de financiamento das empresas estatais. No programa Roda Viva, da TV Cultura, em entrevista concedida no dia 12 de março de 1990, o então governador Orestes Quércia colocava, como meta em seu governo, concluir as obras e inaugurar a UHE Três Irmãos. Para tanto, seria necessário resolver os problemas relacionados com a desapropriação das áreas destinadas à formação do reservatório. Disse, na referida ocasião, o governador:

Mas nesse ano, por exemplo, nós vamos fechar a Três Irmãos. A Três Irmãos, estamos já preparando a desapropriação, está havendo até alguns problemas com relação à população, mas vamos fechar... Eu vou inaugurar a Três Irmãos [...] nós vamos sair de transporte fluvial, de Barra Bonita, como eu disse, no futuro, podemos chegar até

perto de São Paulo, vamos lá no noroeste pelo canal do Pereira Barreto, Três Irmãos, Paraná, vamos até o centro de Goiás. O centro de Goiás vai ser ligado ao porto de Santos de uma forma excepcional. Vamos diminuir o transporte de soja, por exemplo...O grande problema do Brasil é que nós temos a nossa soja, por exemplo, ela é produzida muito mais barato. O que encarece a soja é o transporte (QUÉRCIA, 1990, s/p.).

A entrevista permite concluir que a UHE Três Irmãos é estratégica, não somente por conta da geração de energia, mas, principalmente, pela possibilidade de utilizar a hidrovía e, é preciso acrescentar, pela ligação do reservatório de Três Irmãos com o reservatório da UHE de Ilha Solteira. Apesar dos problemas com as indenizações, como disse o governador, ele se comprometia, mesmo assim, a iniciar o enchimento do reservatório, afinal, outros interesses, além dos hidroenergéticos, pressionavam. Quando ele se referia aos problemas de desapropriação, realmente, muitos processos estavam parados. Não havia acordo a respeito da indenização para a desapropriação. Inclusive, o licenciamento ambiental estava impedindo, até aquele momento, o fechamento das adufas, pois a desapropriação das terras era um dos elementos levados em conta no processo de licenciamento ambiental.

O licenciamento ambiental da UHE Três Irmãos foi um caso à parte. A CESP tentou se esquivar de fazê-lo por julgar que iniciou o empreendimento antes da aprovação e regulamentação da legislação sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), que são instrumentos necessários para o licenciamento ambiental e obtenção das licenças prévia, de instalação e de operação. No Brasil, a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6938 de 31 de agosto de 1981) instituiu, como um de seus instrumentos, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), regulamentado por resolução do CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) em 1986. Os aproveitamentos hidrelétricos estão entre os empreendimentos que devem elaborar o EIA. Em 1989, a CESP não havia preparado o EIA/RIMA, apesar da expectativa de começar a encher o reservatório da UHE no ano seguinte. Por isso, “a Cesp foi surpreendida, quase às vésperas do fechamento das adufas da barragem, por uma liminar judicial que determinou a paralisação da obra condicionando-a a aprovação de um EIA/RIMA, por força de um processo movido pela Curadoria do Meio Ambiente” (PARECER CPLA/DAIA SMA/7005/90 SOBRE O EIA/RIMA DA HIDRELÉTRICA TRÊS IRMÃOS, 1990, p. 6). O empreendimento foi dispensado de obter licença prévia e licença de instalação, mas não a licença de operação. A CESP ten-

tou cassar tal liminar, mas não conseguiu. Contudo, obteve uma vitória parcial ao conseguir uma liminar que lhe permitia “fechar, não definitivamente quadro das adufas para preparar suas paredes para concretagem” (idem, ibidem), sob a alegação de que o fechamento seria reversível, se o nível das águas subisse além das expectativas (idem).

Isso atrasou o prazo de fechamento das adufas. Quatro seriam fechadas em 01/02/1990 e as outras quatro dois meses depois, pois o EIA/RIMA ficou pronto somente em janeiro de 1990. Em março de 1990, houve a audiência pública no município de Pereira Barreto, por pressão da Curadoria do Meio Ambiente, ocasião em que a população local teve oportunidade de discutir “as implicações socioeconômicas e ambientais decorrentes da obra” (Idem, p. 9).

No caso de Três Irmãos, o EIA/RIMA foi elaborado pela equipe da própria CESP, sob a alegação de aproveitar a experiência, dados acumulados e que os programas de mitigação já estavam em implantação ou em negociação (Idem), mesmo que a legislação ressalte a necessidade de uma equipe multidisciplinar independente, ou seja, sem vinculação com a empresa ou o Estado. O PARECER CPLA/DAIA SMA/7005/90 caracteriza o EIA/RIMA de Três Irmãos como “emergencial” (Idem, p. 10) e ainda faz as seguintes constatações a respeito do trabalho que foi executado no EIA:

embora a empresa seja pioneira, em seu ramo, no trato da questão ambiental (mesmo porque isso é importante para a melhor conservação e a ampliação da vida útil de seus empreendimentos), ainda não se verifica igual preocupação com as questões ambientais em todos os seus diversos departamentos. Este fato ficou evidente no grau de aprofundamento, bastante variado, que as diversas equipes imprimiram aos seus relatórios setoriais componentes do EIA/RIMA, levando a seguidos contatos para superar dúvidas. Isto finalmente ocorrera em 16.04.90, quando a CESP entregou volumosa documentação compreendendo o requisitado formalmente e parte de outras informações solicitadas, em caráter de “urgência”, via contatos telefônicos e reuniões informais, permitindo assim completo esclarecimento do assunto.

A dificuldade da CESP denotava a incapacidade da empresa, à época, em internalizar a questão ambiental, além de, anacronicamente, tentar passar por cima das jovens instituições ambientais. A empresa fez uso de seu corpo de advogados para tentar evitar a necessidade de elaborar o EIA/RIMA referente o caso. Mesmo com a elaboração de tal estudo, este foi considerado impreciso e bastante vago necessitando de posterior cor-

reção para complementar as informações necessárias ao licenciamento ambiental.

Em consonância com o discurso do governador Orestes Quércia, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da UHE Três Irmãos, reafirmaram, basicamente, os mesmos objetivos e funções descritos pelo governador, que são:

O reservatório de Três Irmãos, além de acumular água para a geração de energia, terá ainda a finalidade de nivelar este trecho do rio Tietê com o reservatório de Ilha Solteira no rio Paraná e interligá-los através do canal de Pereira Barreto, constituindo mais um elo na implantação da Hidrovia Tietê – Paraná (CESP, 1990, p. 1).

Em termos de área alagada, o município de Araçatuba perdeu 333 Km<sup>2</sup> devido à implantação da referida obra, seguido por Pereira Barreto, que perdeu 217 km<sup>2</sup>, e pelo município de Sud Mennucci, que perdeu 77,33 Km<sup>2</sup>. Esses três municípios foram os que mais perderam área para a formação do reservatório. Quando se observa a área alagada frente à área total é possível perceber que a situação se inverte um pouco. Sud Mennucci perdeu 14,70% de seu território para o reservatório, Araçatuba perdeu 12,48% e Pereira Barreto perdeu 11,99%. Porém, em 30 de dezembro de 1991, Suzanópolis e Ilha Solteira conseguem a emancipação administrativa do município de Pereira Barreto e, a partir das eleições municipais de 1994, constituem prefeituras próprias. Quando o cálculo é refeito com os dados de 1992, em que os municípios de Ilha Solteira e Suzanópolis se emanciparam, a área alagada do município de Pereira Barreto frente a sua área total passa de 12% para 22,10%. A área do município de Pereira Barreto, que anteriormente era de 1.811 Km<sup>2</sup>, em 1990, passa a ser de 982,70 Km<sup>2</sup>, em 1992; por isso, com o fechamento das comportas da UHE Três Irmãos, este município perde mais de um quinto de sua área, após a emancipação dos seus distritos. Isso significa que os impactos negativos oriundos da construção da UHE Três Irmãos se tornaram mais concentrados sobre o município de Pereira Barreto, cujo conteúdo social das perdas havidas será discutido na próxima seção.

De acordo com o EIA, foram 572 propriedades foram parcial ou totalmente afetadas por essa megaobra, o que corresponde aos 72.725,73 hectares de área inundada. O EIA/RIMA (CESP, 1990, p. 116) afirma que a estrutura fundiária da área que seria alagada era concentrada na região, atenuando os impactos difusos sobre a produção. Contudo, esse mesmo documento fazia uma ressalva: “todavia, aqueles pequenos produtores e suas famílias, cujas áreas de exploração serão totalmente afetadas, ficarão impossibilitados de exercerem suas atividades e garantir as mesmas

condições de sua existência”. Isso leva o EIA/RIMA a concluir que a “maior desorganização socioeconômica está localizada no pequeno produtor, que dificilmente encontrará opção de se reestruturar, acarretando assim a perda total de sua produção na região, bem como sua marginalização social quando se dirige para as cidades” (CESP, 1990, p. 117).

Era o município de Pereira Barreto aquele que concentrava o maior número de pequenos (estrato de área menor que 10 hectares) e médios produtores (estrato de área de 10 a 100 hectares). O estrato de área de pequenos proprietários (menos de 10 ha) respondia por 5,9% do número total de desapropriados e 0,1% da área total dos estabelecimentos desapropriados. O estrato de área de 10 a 100 ha somou 36,5% do número de estabelecimentos desapropriados e 4% da área total desapropriação. No estrato de área de 100 a 1.000 ha estavam 40,7% do número de estabelecimentos desapropriados e 29,5% da área total dos estabelecimentos. Nesse estrato, o município de Araçatuba foi o mais atingido, com 115 estabelecimentos, totalizando 12 mil hectares. O estrato de área de 1.000 a 10.000ha respondeu por 16,4% do número de estabelecimentos e 65,2% da área total. Daí, a conclusão do EIA de que a maioria dos estabelecimentos alagados foram grandes ou médios. Quantitativamente, esta conclusão estava correta. O EIA, contudo, não informava que o município de Pereira Barreto seria o principal atingido nos estratos de área pequenos e não estabelecia medidas mitigadoras para os impactos ocorridos nos proprietários de tal estrato, muito mais frágeis socioeconomicamente que os demais.

Mesmo havendo algumas exigências da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo para a obtenção da licença de operação da UHE Três Irmãos, a estratégia da CESP era outra; com a obtenção de um Mandato de Segurança e o depósito em juízo do valor declarado para fins de imposto territorial desapropriou as terras e iniciou o enchimento do reservatório, pois, o juiz responsável pela decisão judicial entendeu “que não haveria prejuízo aos mais de 300 proprietários que ainda tentavam sacar o dinheiro referente a 60% do valor de suas terras” (VILLELA, 1992, p. 76). O enchimento do reservatório de Três Irmãos deveria parar na cota 310 m, mas ele continuou até a cota 328 m, alagando as terras que estavam entre a cota 310 m e 328 m, “que não apresentavam qualquer avanço nas negociações, e seus proprietários, assim como os demais, cerca de 200 produtores rurais, nada receberam (...)” (VILLELA, 1992, p. 76).

Com essa medida judicial, as recomendações dos órgãos de licenciamento ambiental viraram letra morta. Nenhum projeto de mitigação, para pequenos e médios produtores, foi feito e nenhuma comissão foi constituída. Mesmo que o processo democrático tenha conferido alguma voz, na audiência pública, aos desapropriados, a CESP continuou fiel às práticas

de que fez uso durante a construção de suas outras UHEs. O autoritarismo, como concepção de gestão, e os interesses econômicos associados ao controle dos rios, que o governador expressou em sua entrevista, subordinaram os interesses dos proprietários de terra e da produção até ali estabelecida.

O valor das indenizações foi outro motivo de contestação da sociedade local face à imposição do empreendimento e à desconfiguração territorial. Como lembra o sr. Igi, produtor rural e historiador do município de Pereira Barreto:

Eu tinha 200 alqueires de terra boa, aí veio essa inundação e boa parte da fazenda ficou embaixo da água. A Cesp indenizou, demorou, mas indenizou, mas o dinheiro que a Cesp pagava para a gente não dava para comprar a mesma área que perdi, porque a Cesp pagava menos.

Muitos que se sentiram lesados e puderam arcar com as despesas de um processo judicial conseguiram, após alguns anos, receber complementos de valor às indenizações. Outros não puderam esperar, como relata o sr. Paulo Yamamoto, produtor rural de Pereira Barreto:

Na época, a Cesp queria nos indenizar um valor muito baixo, nós entramos com um processo judicial, mas, enfim... acabamos fazendo um acordo. (...) Nós achamos que iria demorar muito e tinha que colocar o gado em algum local, então nós achamos por bem aceitar o que a Cesp pagaria e comprar uma área no Mato Grosso.

A urgência no fechamento das adufas e formação do reservatório atropelou os procedimentos de licenciamento ambiental e tolheu as recomendações propostas, manifestando, realmente, quem detinha o poder naquele território. Da mesma forma que a UHE Três Irmãos subjugou o rio Tietê, ela conseguiu fazer o mesmo com o território de sua área de influência. Um uso da água que prevaleceu foi o de gerar força hidráulica para movimentar as turbinas. A terra foi alagada e saiu do controle social do município para ser leito do reservatório.

A próxima seção se debruça sobre os impactos da UHE Três Irmãos especificamente sobre o município de Pereira Barreto.

## **A SUBORDINAÇÃO DA TERRA À ÁGUA NO MUNICÍPIO DE PEREIRA BARRETO**

Conforme dissemos, o município de Pereira Barreto foi o mais afetado com a construção da UHE Três Irmãos. Parte de sua área rural e parte de sua área urbana foram atingidos. O objetivo dessa seção é apresentar

os aspectos da subordinação dos usos da terra ao da água no município de Pereira Barreto.

O município de Pereira Barreto possuía um sistema de captação de água no rio Tietê, o qual foi alagado pelo reservatório de Três Irmãos, bem como a lagoa de estabilização de efluentes. O cemitério municipal, pela elevação do lençol freático, também foi afetado, motivo pelo qual o mesmo foi transferido para uma nova área (CESP, 1990). Com a finalidade de mitigar esses impactos, a CESP se comprometeu a perfurar um poço artesiano, para que o abastecimento de água não fosse interrompido, bem como a montar um sistema de tratamento de esgoto.

Em março de 1990, os trabalhos de remoção dos 700 túmulos que seriam afetados pelo enchimento do lago estavam longe do ideal, trazendo preocupação às autoridades pelo risco de contaminação pelos fundos das covas. O risco de contaminação do lençol freático por fungos foi descrito como a ‘maldição do Faraó’, em alusão aos fungos que matavam os saqueadores de tumbas no Egito (O Estado de São Paulo, 27 de março de 1990). Em Pereira Barreto, dizia-se que a UHE Três Irmãos incomodava até os mortos (O Estado de São Paulo, 17 de fevereiro de 1990). O cemitério antigo foi desativado e as covas foram removidas para um novo cemitério.

O município de Pereira Barreto, de acordo com o EIA, teve 212 Km<sup>2</sup> de sua área rural alagada pelo reservatório da UHE Três Irmãos. Além disso, foi o único município que teve a sua área urbana afetada. Foram alagados 369,82 ha de área urbana, dos quais, cerca de 211,42 ha, exploravam atividades agrícolas e pecuárias, em pequenas chácaras e sítios, compondo uma área de transição rural-urbana, “com avicultores, suinocultores, pecuaristas de leite e horticultores” (CESP, 1990, p. 118). A área “propriamente urbanizada com a existência de loteamentos, arruamentos, infraestrutura de serviços e estradas, compreende os 158,4 ha restantes, existindo 132 imóveis que serão afetados” (CESP, 1990, p. 118).

Outros impactos registrados na infraestrutura do município de Pereira Barreto foram os da rede viária, com a inundação “de 0,94 km de acesso asfaltado entre Pereira Barreto e a SP-310. A ponte Novo Oriente que faz a transposição sobre o rio Tietê, ligando Pereira Barreto à Andradina através da SP-583, ficará submersa” (CESP, 1990, P. 118). Por conta desses impactos, no EIA/RIMA havia a seguinte afirmação:

O impacto sobre a área urbana de Pereira Barreto será imediato e irreversível, provocando alterações importantes sobre sua estrutura espacial. O sistema de saneamento básico, a área destinada ao lixo, o matadouro, edificações, trechos da rede viária e de energia elétri-



Fazenda Tietê, fundada no ano de 1935, e que congregava grande parte dos produtores rurais do município de Pereira Barreto. Desde o ano de 1983, já ocorriam reuniões para apreciar o projeto da Cooperativa, que objetivava constituir um Complexo Hortifrutigranjeiro, previsto inclusive no EIA do empreendimento. A Cooperativa entendia que sua sobrevivência estava em jogo e que seria necessário que as compensações pela desapropriação de terras, em conjunto com o Complexo, funcionassem para garantir o esforço dos sujeitos ali congregados. Isso decorre do argumento de que a

A demarcação extra-judicial da área do futuro reservatório, que irá alimentar a hidrelétrica em apreço, sem a indenização prévia das propriedades e benfeitorias configuradas na mesma, levou a maioria delas a Inviabilização econômica, ao longo dos últimos dez anos de expectativa; fustigadas pelas constantes prorrogações do cronograma das obras de ‘Três Irmãos’ e ‘Canal de Pereira Barreto’ (Fonte: PARECER CPLA/DAIA SMA/7005/90 sobre o EIA/RIMA da Hidrelétrica Três Irmãos, 1990, p. 120, Anexo 5).

A constante expectativa das desapropriações paralisou, durante anos, qualquer tipo de investimento por parte dos proprietários de terras nas áreas que seriam, possivelmente, alagadas pelo reservatório de Três Irmãos e, portanto, passíveis de desapropriação. Isso fez com que muitos proprietários ficassem em uma situação econômica fragilizada por falta de investimento e estímulo para produzir. É importante ressaltar, assim, outras dimensões de ruptura provocadas pela formação do reservatório, como a imposição da ideia de progresso rompendo vínculos sociais, o dos moradores com o passado do lugar, com sua história de vida e com sua própria identidade pessoal e coletiva. Nesse sentido, a territorialidade aviltada pela megaobra agrediu uma dimensão fundamental da existência, o que foi expresso por alguns dos cooperados:

Outrossim, os impactos sobre a fauna e flora do nosso meio-ambiente, são inomináveis quanto indescritíveis. O que dizer do lamento do nosso Cooperado ITUYU ENOMOTO, por não poder ver mais, o bando de CERVOS, que ativo passeava ao largo das arações de terra nos varjões do Tietê? E, de MITSUAKI WAKO, filho do ex-gerente da BRATAK (Brazil Takushokn Kumiai) e/ou (Sociedade Colonizadora Brasil Ltda.) que lamenta a derrubada com a moto-serra do bosque de PEROBAS de 500 (quinhentos) anos em apenas 5 (cinco) minutos? (PARECER CPLA/DAIA SMA/7005/90 sobre o EIA/RIMA da Hidrelétrica Três Irmãos, 1990, p. 120, Anexo 5).

A territorialidade dos senhores Enomoto e Wako foi desfeita subitamente e reelaborada autoritariamente pela UHE Três Irmãos. Nesse embate de forças, a ideia de territorialidade do empreendimento venceu àquela que um tempo socioambiental longo havia, até então, forjado. Restou, no caso do sr. Wako, a alternativa mitigadora de receber um lote no Complexo Hortifrutigranjeiro.

A mobilização da Cooperativa e a sua articulação política lograram algum êxito e o Complexo Hortifrutigranjeiro foi o resultado disso. No entanto, a CESP só aceitou negociar, em um sistema de “permuta”, com os cooperados que foram desapropriados. Esse sistema é chamado por Villela (1992, p. 83) de peculiar, pois consistia em uma troca, na qual um desapropriado que possuísse “5 hectares no perímetro urbano, ou ‘Cinturão Verde’ da cidade de Pereira Barreto, cujos metros quadrados valem mais que os da zona rural, recebeu apenas 2,5 hectares no Complexo Hortifrutigranjeiro”. Para Ennes (2001, p. 78) a “inundação representou o segundo momento de ruptura vivenciado pela colônia, depois da Segunda Guerra Mundial”. E esse momento de ruptura terminou por destruir os pequenos agricultores restantes, que abandonaram o processo produtivo devido às dificuldades encontradas pela formação e enchimento do reservatório no local em que fora suas antigas terras. Como lembram o Sr. Wilson Garcia Jr., engenheiro agrônomo da Casa da Agricultura do município de Pereira Barreto:

A Usina [hidrelétrica] inundou muita área fértil, diminuiu bastante a área fértil do município. Essas famílias [do hortifrutigranjeiro] já estavam um pouco abandonadas, o pai que veio do Japão ou o filho dele foi ficando velhinho, os filhos eram médicos, advogados e não tinham essa ligação com a terra.

A vitória da Cooperativa foi, então, parcial. Houve a desarticulação do setor hortifrutigranjeiro, mesmo com a construção do complexo. Os informantes ouvidos pelo autor, em anos recentes, relatam algumas das dificuldades que se revelaram intransponíveis; isso é particularmente verdadeiro para os muitos pequenos produtores da localidade, já economicamente debilitados. A fertilidade do solo na área oferecido como medida mitigadora foi alvo de muitas críticas. O local escolhido pela CESP não possuía a mesma fertilidade das terras desapropriadas. Para o sr. Koji, pequeno produtor e comerciante em Pereira Barreto,

antes era melhor, a terra, a água para irrigar, tinha o córrego [córrego] perto... (...) Eu acho que foi prejuízo muito grande.

A ausência de título de propriedade, problema que persiste até hoje,<sup>1</sup> impediu que os produtores conseguissem financiamento nos bancos. Atualmente, o complexo hortifrutigranjeiro está quase abandonado. Estimativas informais dos entrevistados indicam que das 70 famílias que, originalmente, foram para lá, menos de 20 permanecem. Muitos estabelecimentos estão abandonados.

Durante os anos de 1980, enquanto a UHE Três Irmãos estava sendo construída, destacou-se como ator político a Cooperativa Agrícola da Fazenda Tietê. Seus representantes entraram em contato com a CESP no intuito de negociar medidas mitigadoras devido às perdas ocasionadas pelo enchimento do reservatório. Contudo, a assimetria de poder e de capacidade técnica para argumentar se revelou desde o início, conforme Froelich (2001, p. 241) afirma:

A indiscutível qualidade técnica dos profissionais da Cesp, manifestada através dos pareceres que embasaram as decisões finais dos processos estabelecidos na troca de correspondências, impôs-se categoricamente a Pereira Barreto, que ficou numa desconfortável posição defensiva. A postura da grande maioria dos técnicos priorizou critérios microeconômicos de julgamento, em especial a minimização de custos para a empresa, desconsiderando aspectos sociais ou regionais, exatamente os priorizados no Protocolo de Intenções. As interferências políticas que partiram de Pereira Barreto voltaram-se quase sempre ao atendimento de interesses individuais ou de pequenos grupos, em geral de médios ou grandes proprietários, desconsiderando igualmente os interesses da população. Assim, na prática, o conteúdo social do Protocolo de Intenções assinado entre Cesp e Pereira Barreto [para mitigar impactos da UHE Três Irmãos no município] e transformado em lei foi esvaaziado, convertendo-se em letra morta. Os critérios macroeconômicos e sociais cederam aos microeconômicos e individuais, tanto do lado da Cesp como de Pereira Barreto.

Amparada pela racionalidade econômica e por um corpo técnico muito competente, a CESP soube argumentar em torno de cada uma das medidas solicitadas pela Prefeitura Municipal de Pereira Barreto, que não teve força para fazer valer a territorialidade da sociedade local perante os interesses dos empreendedores hidrelétricos. A CESP, novamente, se mos-

---

1. Existe uma disputa entre a Prefeitura Municipal de Pereira Barreto e a CESP sobre quem é o responsável por registrar e repassar os títulos de propriedade da área onde se localiza o Complexo Hortifrutigranjeiro.

trou competente no processo de dominação e controle social do território que a empresa decidiu por inundar.

Algumas informações demográficas, apresentadas na Tabela 1, abaixo, nos permitem refletir sobre tendências observadas no município de Pereira Barreto. Contudo, tais informações devem ser utilizadas com o devido cuidado devido à relação de Pereira Barreto com o atual município de Ilha Solteira, necessitando desagregar os dados dos distritos. O núcleo de Ilha Solteira pertencia ao distrito de Bela Floresta, na comarca de Pereira Barreto. No ano de 1989, Ilha Solteira se tornou sede do distrito de Bela Floresta para, em 1991, se emancipar do município de Pereira Barreto. Na primeira seção deste capítulo, observamos que o núcleo de Ilha Solteira foi planejado e construído sob o comando da CESP e, apesar de manter relações socioeconômicas com o município Pereira Barreto, era um lugar que se desenvolveu pretensamente com um projeto autônomo de lugar, com seus sujeitos e lógicas exógenas à história regional. Porém, com o tempo, viu-se que não era apenas autônomo, mas um projeto de dominação territorial, pois o município de Pereira Barreto ficou subordinado nessas relações e a territorialidade de sua gente foi gradativamente deteriorada e domesticada pelas forças empresarias do setor de energia. Por conta disso, é que adotamos a opção de observar separadamente, quando os dados permitem, as estatísticas de Pereira Barreto e Bela Floresta – distrito sede de quem Ilha Solteira gradativamente se desvinculou.

**Tabela 1** Evolução demográfica do município de Pereira Barreto e do município de Ilha Solteira.

| População Total  |       |       |       |       |       |       |       |        |
|------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|
| Municípios       | 1950  | 1960  | 1970  | 1980  | 1991  | 1996  | 2000  | 2010   |
| Ilha Solteira*   | 7748  | 2715  | 21416 | 16896 | 21713 | 22178 | 23986 | 25064  |
| Pereira Barreto  | 22231 | 33543 | 26226 | 20729 | 25584 | 25359 | 25027 | 24962  |
| Total            | 29979 | 36258 | 47642 | 37625 | 47297 |       |       |        |
| População Urbana |       |       |       |       |       |       |       |        |
| Ilha Solteira    | 289   | 148   | 172   | 15875 | 20627 | 21268 | 23208 | 23 520 |
| Pereira Barreto  | 2942  | 10079 | 17662 | 18128 | 23020 | 23404 | 23141 | 23 235 |
| Total Urbana     | 3231  | 10227 | 17834 | 34003 | 43647 |       |       |        |
| População Rural  |       |       |       |       |       |       |       |        |
| Ilha Solteira    | 7459  | 2567  | 21244 | 1021  | 1086  | 910   | 778   | 1544   |
| Pereira Barreto  | 19289 | 23464 | 8564  | 2601  | 2564  | 1955  | 1886  | 1727   |
| Total            | 26748 | 26031 | 29808 | 3622  | 3650  |       |       |        |

\* Nota: O núcleo de Ilha Solteira pertencia ao distrito de Bela Floresta, comarca de Pereira Barreto, até o ano de 1989, quando se tornou sede do distrito para, em 1991, se emancipar do município de Pereira Barreto.

Fonte: Censos demográficos do IBGE.

Até o ano de 1966, as informações demográficas sobre o distrito de Bela Floresta dizem respeito apenas ao segundo núcleo urbano implantado pela BRATAC, em 1933, que hoje está praticamente abandonado. Os números de Bela Floresta são modestos, possuindo 7.748 habitantes nesse distrito do município de Pereira Barreto no ano de 1950. Tal número decaiu para 2.715 habitantes em 1960. Nos anos de 1970, com a construção do núcleo urbano de Ilha Solteira, o distrito de Bela Floresta apresentou um considerável incremento demográfico, chegando a 21.416 habitantes. Na passagem dos anos de 1960 para os anos de 1970, a sede de Pereira Barreto contabiliza uma diminuição em sua população; provavelmente, devido à migração intrarregional em favor das obras da UHE de Ilha Solteira. Com o término das obras da UHE de Ilha Solteira, o núcleo urbano de Ilha Solteira conhece um decréscimo em sua população, caindo para 16.896 habitantes no ano de 1980. Com o município de Pereira Barreto ocorre o mesmo processo e a localidade sofre um decréscimo em sua população que, em 1980, passa para apenas 20.584 habitantes. Em 1991, último ano antes da emancipação de Ilha Solteira, a população de Pereira Barreto é quase idêntica à de Ilha Solteira, 25.359 habitantes e 22.178, respectivamente. O fundamental é que o município de Ilha Solteira continuava a agregar novos habitantes. Sua infraestrutura e os serviços que oferecia eram melhores do que em Pereira Barreto. O destaque, nessa comparação, foi a instalação de um *campus* da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Após a emancipação, o município de Ilha Solteira continuou seu crescimento populacional enquanto no município de Pereira Barreto ocorreu o contrário.

A emancipação de Ilha Solteira e seu maior dinamismo econômico foram eventos que fragilizaram o município de Pereira Barreto. Ilha Solteira é um município com grande potencial de arrecadação devido à UHE de Ilha Solteira, com suas 20 turbinas. Não foi por acaso que Ilha Solteira se emancipou logo após o término da construção da UHE Três Irmãos e do Canal de Pereira Barreto. Enquanto essas obras eram construídas, o núcleo urbano de Ilha Solteira lhes serviu de acampamento.

A CESP preparou gradualmente a emancipação de Ilha Solteira durante os anos de 1980, desejando cortar os custos de oferecimento de serviços públicos urbanos sob sua responsabilidade (FROELICH, 2001). Houve então, uma disputa entre Pereira Barreto e Ilha Solteira pela extensão territorial que cada um dos municípios teria. A CESP apoiava a emancipação, o que fez com que a luta de Ilha Solteira com Pereira Barreto fosse “desigual, porque enquanto o então distrito de Bela Floresta - representado quase que exclusivamente por Ilha Solteira - tinha atrás de si a

poderosa Cesp, o município de Pereira Barreto teve de valer-se de suas próprias (e diminutas) forças (...)” (FROELICH, 2001, p. 214).

Na ausência de outros caminhos para seu desenvolvimento econômico, Pereira Barreto centrou seus esforços, desde então, no turismo. No ano de 2000, o município foi alçado à categoria de Estância Turística pela Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, através da Lei nº 10.538, de 13 de abril de 2000. O município tenta tirar proveito do que lhe resta, isto é, de sua atual configuração territorial, transformado em uma enorme ilha fluvial e que se autodenomina como a ‘Veneza Paulista’. Essa tentativa de se renomear reverbera como uma busca de uma reapropriação simbólica do território.

Tal reapropriação simbólica ocorreu, ainda, através da assimilação de sistemas de objetos que mantiveram, em momentos históricos distintos, o controle social sobre a água e a terra no município. O brasão anterior do município, aprovado no ano de 1978, já criava essa aproximação ao apresentar uma mão segurando um raio com um fundo vermelho e dois touros, representando a principal atividade produtiva do município, a pecuária. O novo brasão municipal, aprovado no ano de 2008, pela Câmara Municipal, promove uma reinterpretação de praticamente todos os principais elementos do território do município. Nessa reinterpretação, os novos controladores sociais da terra são lembrados: as usinas de açúcar e álcool, com a hidroelétrica em destaque, o turismo ao fundo e a pecuária em plano secundário. A Figura 2, abaixo, apresenta o antigo e o novo brasão do município de Pereira Barreto, à esquerda e à direita, respectivamente.



**Figura 2** O Antigo e o novo brasão do município de Pereira Barreto.

*Fonte:* Prefeitura Municipal de Pereira Barreto.

O projeto de lei que alterou o brasão, aprovado no ano de 2009, informa o que a simbologia do novo brasão expressa:

**ARTIGO 2º.** – O novo brasão municipal descrito nos artigos 2º. e 3º. da Lei municipal no. 1.116/78, passa a ter a seguinte simbologia e disposição representativa, que corresponde ao modelo integrante da presente Lei:

As cores são preto, vermelho, branco, verde, azul e prata, o sol vermelho representa os japoneses que fundaram a cidade, o turismo é representado pela pesca e praia, a cana de açúcar e a pecuária representam a economia da cidade, a hidroelétrica representa a fonte de energia do município, além de representar uma das fontes de renda, a cor azul de fundo do brasão representa as águas que banham a cidade, o rio Tietê e São José dos Dourados a ponte Novo Oriente representa o nosso maior monumento histórico, a balsa representa o meio de transporte fluvial e a coroa mural representa a bravura e hospitalidade do povo Pereirabarretense.

Importante e muito representativo é que a Ponte Novo Oriente seja revivida e eternizada no brasão do município. Ela é classificada como o “nosso maior monumento histórico” e colocada ao lado da hidrelétrica “fonte de energia do município”. Mesmo que a hidrelétrica seja a responsável pelo alagamento da primeira. A recriação do símbolo é mais aceitável se ele fizer referência ao passado, prestando tributo à territorialidade anterior, simbolizada pela Ponte Novo Oriente. As referências aos anos de 1928 e 1938 são simbólicas. Em 1928, foi assinado o contrato de compra e venda da Fazenda Tietê. Essa data foi escolhida para simbolizar esse projeto. Em 1938, o distrito Novo Oriente foi elevado a município e mudou de nome para Pereira Barreto. Essa marcação cronológica é importante, pois a territorialidade da colônia nipônica, prevalente até então, passa a ser contestada pelos não-japoneses que chegam ao município para ocupar cargos de destaque, principalmente públicos. Sem seu símbolo maior, a Ponte Novo Oriente, o município de Pereira Barreto reconstrói sua identidade coletiva se apropriando de outros símbolos. Tudo isso para, numa tentativa de síntese, se reapropriar simbolicamente de seu próprio território.

Em muitas das suas propagandas turísticas, há explícita referência a Ponte de Novo Oriente, sob a designação ‘alagada’. Trata-se de uma tentativa de resgatar um passado, no qual a Ponte era a referência da territorialidade. Ela simbolizava a união não só das margens do rio, mas, do município. Simbolizava o domínio sobre a natureza. A vitória da vontade. A UHE Três Irmãos não agrega esse simbolismo. Ela é o elemento que

impõe sua territorialidade, exercendo o controle social da água e submetendo as vontades dos munícipes aos poderosos interesses econômicos externos ao município e à região. A UHE Três Irmãos submeteu a região a seu controle e como lembra o Sr. Taniai, produtor rural:

Na parte rural tinha muito pequeno proprietário. Depois da inundação muitas pessoas pararam a atividade. Depois da barragem acabou... não tá vendo!? (risos)...

O último elemento a ser analisado são os riscos de colapso de barragens. Nos últimos dez anos, houve mais de 800 acidentes com barragens no Brasil dos mais variados tamanhos (MENESCAL, 2011). A construção da UHE Três Irmãos, à jusante do município de Pereira Barreto, não lhe traz um risco direto caso haja um colapso de suas obras civis. Por outro lado, com a formação do reservatório da UHE Três Irmãos, houve o aumento do nível d'água em mais de 40 metros - com a formação de um reservatório de 785 km<sup>2</sup> da UHE Três Irmãos. Caso haja um colapso na UHE de Nova Avanhandava, por exemplo, a área urbana do município de Pereira Barreto seria mais afetada do que pela existência do reservatório da UHE Três Irmãos. O reconhecimento das barragens como um elemento de risco está colocado na aprovação da Lei 12.334, de 20 de setembro de 2010.

Para muitos informantes do município de Pereira Barreto, as grandes barragens são obras seguras. É o que afirma, por exemplo, o sr. Antônio Medeiros, quando questionado sobre a segurança de barragens:

Não, ela é muito bem feita! É tudo controlado eletronicamente. Vem vindo um tanto de água daqui, já começa a abrir as comportas todas... É tudo calculado, cada milímetro. Existe nível, eles vão marcando... começou a subir, uma já avisa a outra e já dá a vazão. É muito bem controlado.

No discurso do Sr. Antonio Medeiros, a barragem não se traduz em risco. Não há o reconhecimento da barragem como risco. Há uma relação de confiança com o sistema perito que gerencia a barragem. Essa relação, contudo, não é clara para o conjunto de moradores do município. Existem outras formas de percepção da barragem e sua relação com o risco. Para o sr. Koji e para o sr. Taniai as barragens se mostram como um perigo em que Deus ou a natureza podem conduzir ao colapso. Afirma o Sr. Koji:

Acho que, se Deus quiser fazer isso, num minuto vai tudo...vem uma tromba d'água e leva tudo...acho que não tem segurança não...você lembra daquele negócio que teve...daquela ilha que veio

a onda [se referindo a um *tsunami*]. Acho que não custa nada também não... por Deus, Ele da um soprinho assim e já vai levando... eu não confio não.

Para o Sr. Taniai:

Eu não acho tão segura...a natureza você sabe como é que é... enquanto não estoura uma em cima...[a montante] ninguém sabe...

Tais interpretações são suscitadas não só, mas também, pela ausência de uma produção coletiva de programas de minimização de riscos de colapso de barragens; isto é, suscitadas pela falta um canal político que permita, à sociedade local, participação no entendimento dos diversos aspectos da questão e na discussão de soluções para, assim, sentir-se um pouco mais segura no território. Todavia, há que notar que a lógica autoritária, que caracterizou todo o processo de inserção de barragens na região, tem resistência em constituir um *locus* político participativo. Somente o futuro dirá qual o alcance da Política Nacional de Segurança de Barragens para reverter essa lógica que, tristemente, naturalizou no Brasil o domínio da visão redutivista de alguns setores econômicos e subverteu e maculou os processos de territorialização constituídos por múltiplos sujeitos e a história socioambiental de tempo longo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A característica econômica central do município de Pereira Barreto, a de possuir pequenos produtores, sofreu impactos aos quais tais sujeitos não puderam resistir, posto que já estivessem fragilizados por conta do anúncio de desapropriação e da demora na qual essa ameaça se cumpriu e a forma como as medidas mitigadoras foram apresentadas. São esses os três tempos do conjunto da deterioração social, com reverberação no nível da atividade local. As estratégias utilizadas para permitir que o município se recompusesse, reacomodando o lugar num território mais restrito, fracassaram. O Complexo Hortifrutigranjeiro encontra-se praticamente abandonado, nos dias atuais, e a Cooperativa Agrícola Fazenda Tietê está de portas fechadas, aguardando a reunião em que sua dissolução será juridicamente definida. A luta da Cooperativa não foi exitosa e, por isso, teve de pagar com sua própria existência, como se a UHE Três Irmãos alagasse outro símbolo do município. Esse afogamento, que é material e simbólico e que agride a autoimagem da coletividade pereirabarretense foi lento, demorou quase 18 anos para terminar. E o município se despede, outra vez, de um bem, econômico e cultural, representativo para a identidade social da colônia japonesa.

Dentre os impactos de longo prazo, a UHE Três Irmãos modificou a situação de risco ao aumentar o nível e a largura da água do rio Tietê no município de Pereira Barreto. O risco associado às barragens precisa ser divulgado e minimizado com ações relacionadas à proteção civil das comunidades a jusante. Isso tudo dependerá da correta aplicação da Política Nacional de Segurança de Barragens no plano das relações sociopolíticas regionais, o que exige a construção de outra postura ética das concessionárias no relacionamento com as comunidades fragilizadas com a implantação dessas megrobras hidrenergéticas.

Resta, então, um sentimento dúbio por parte dos vários sujeitos locais, sobre a UHE Três Irmãos. De um lado, o empreendimento trouxe muitos impactos que se concentraram sobre o município de Pereira Barreto e, principalmente, sobre os pequenos proprietários, geralmente, avicultores e horticultores da localidade. Por outro lado, essa UHE é vista como uma possibilidade de gerar receitas com seu ICMS e com o turismo no entorno do lago, restituindo possibilidades de emprego e renda para o município. Como fato consumado e imposto, a UHE Três Irmãos é, agora, um elemento a mais na síntese que o município desesperadamente tenta fazer para se reapropriar simbolicamente de seu próprio território.

## REFERÊNCIAS

- CESP. *Estudo de impacto ambiental da UHE Três Irmãos*. São Paulo, 1990. 387 p.
- ENNES, M. A. *A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior do Estado de São Paulo*. São Paulo: editora da Unesp, 2001. 166 p.
- GONÇALVES, J. C. *Controle social de terra e água no interior paulista: um estudo de caso*. São Carlos: Tese de doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2009.
- HAESBAERT, Rogério. (2006). Ordenamento territorial. *Boletim goiano de geografia*, Goiás, n. 1, (26), p. 117-124.
- IBGE. *Censos demográficos* (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000). Rio de Janeiro: FIBGE.
- IGI, J. *Pereira Barreto: a cidade que vi nascer*. Pereira Barreto-SP. Câmara Municipal, 1978.
- PARECER CPLA/DAIA SOBRE O PROCESSO No. SMA/7005/90. (1990). Assunto – EIA/RIMA da Hidrelétrica Três Irmãos.
- QUÉRCIA, O. *Educação, política, obras e presidência da República*. [mar. 1990]. São Paulo: TV Cultura, 1990. Disponível em [http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/58/entrevistados/orestes\\_quercia\\_1990.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/58/entrevistados/orestes_quercia_1990.htm)
- SABBAG, O. J. (2006). *Impactos da construção da UHE “Três Irmãos” sobre a atividade de mineração: importância de uma gestão ambiental*. Presidente Prudente: UNESP. Tese de doutorado em Geografia, 136 p.
- SANTOS, M. A. (2003). *Construção de cenários em ambiente SIG para avaliar mudanças de uso*

*das terras induzidas por usinas hidrelétricas na região agrícola de Andradina*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

VILLELA, S. H. *Avaliação sócio-econômica de impactos ambientais: Implantação e operação da Usina Hidroelétrica “Três Irmãos”* – aplicação do modelo interpretativo de Inserção regional de UHEs elaborado pela Eletrobrás. São Carlos. EESC/USP, 1992.